

RELATÓRIO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES – PILAR 3

Banco Clássico S.A.

Data-base: 31 de dezembro de 2025

Versão final consolidada para divulgação pública

SUMÁRIO

1. Apresentação e escopo do relatório
2. Perfil institucional e modelo de negócios
3. Planejamento estratégico 2026–2028
4. Estrutura de governança e gerenciamento integrado de riscos (OVA)
5. Estrutura de capital e adequação patrimonial
6. Planejamento de capital e gestão prospectiva
7. Gerenciamento do risco de liquidez (LIQA)
8. Gerenciamento do risco de crédito (CRA)
9. Gerenciamento do risco de mercado (MRA)
10. Gerenciamento do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBBA)
11. Gerenciamento do risco operacional (ORA)
12. Testes de estresse prudenciais
13. Limite de Exposição por Cliente (LEC)
14. Perspectivas prudenciais e evolução da governança
15. Conclusão
16. Matriz de correspondência com as tabelas Pilar 3

1. APRESENTAÇÃO E ESCOPO DO RELATÓRIO

O presente Relatório de Divulgação de Informações – Pilar 3 tem por objetivo apresentar ao mercado, aos órgãos supervisores, às contrapartes e aos demais usuários externos informações qualitativas e quantitativas relativas à estrutura de gerenciamento de riscos, gerenciamento de capital, liquidez, governança e adequação prudencial do Banco Clássico S.A. O relatório foi elaborado para complementar as tabelas quantitativas de Pilar 3 e as demonstrações financeiras auditadas, oferecendo uma leitura integrada da situação prudencial da instituição.

A divulgação de Pilar 3 constitui instrumento de disciplina de mercado e transparência institucional. Sua função não é apenas cumprir requisito formal de divulgação, mas permitir que o leitor compreenda a natureza dos riscos assumidos, a qualidade da base de capital, a capacidade de absorção de perdas e a forma como a administração acompanha, controla e responde aos eventos que possam afetar a solvência, a liquidez ou a continuidade operacional.

A elaboração deste relatório considera o conjunto de instrumentos internos de gestão aprovados pela administração, incluindo Planejamento Estratégico 2026–2028, Declaração de Apetite a Risco (RAS), Estrutura de Gerenciamento de Capital, Plano de Capital, Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Plano de Contingência de Liquidez e Testes de Estresse Prudenciais. Essa integração é essencial para demonstrar que a divulgação pública não está dissociada da gestão efetiva do Banco.

O relatório foi estruturado de modo a vincular cada narrativa qualitativa às tabelas de Pilar 3 correspondentes, especialmente OVA, LIQA, CRA, MRA, IRRBBA e ORA, além das tabelas quantitativas de capital, tais como KM1, CC1, CC2, CCA e OV1. Dessa forma, a leitura conjunta dos textos e tabelas permite avaliação mais completa e coerente do perfil prudencial da instituição.

2. PERFIL INSTITUCIONAL E MODELO DE NEGÓCIOS

O Banco Clássico S.A. possui modelo operacional distinto daquele observado em instituições financeiras cuja principal atividade consiste na captação de recursos de terceiros e concessão de crédito. Sua atuação está concentrada na administração de patrimônio próprio, gestão de liquidez, manutenção de investimentos financeiros e acompanhamento prudencial de posições patrimoniais relevantes.

A estrutura patrimonial é caracterizada pela utilização predominante de capital próprio, baixa alavancagem financeira, estrutura operacional enxuta e manutenção de liquidez estrutural relevante. A estratégia de investimentos admite alocação significativa em ações de empresas maduras e líquidas, com orientação de longo prazo, busca de dividendos, juros sobre capital próprio e ganhos de capital. Essa característica favorece crescimento patrimonial orgânico, mas também torna a instituição sensível à volatilidade dos mercados financeiros.

A instituição não possui carteira relevante de operações tradicionais de crédito, o que reduz a exposição a riscos clássicos de inadimplência de tomadores, renegociação de créditos, deterioração de carteiras de financiamento ou concentração de operações de empréstimos. Por outro lado, permanecem relevantes riscos de contraparte, liquidação, concentração, mercado, liquidez e conformidade regulatória.

Esse modelo exige leitura prudencial adequada: o Banco não é uma instituição sem riscos, mas sim uma instituição com perfil de risco diferenciado. A principal prioridade da governança é assegurar que o capital disponível, a liquidez estrutural e os controles internos sejam compatíveis com a volatilidade potencial dos ativos, com os limites regulatórios e com os compromissos estratégicos assumidos pela administração.

Quadro 1 – Características do modelo operacional

Dimensão	Característica
Fonte principal de recursos	Capital próprio

Estratégia de investimentos	Buy and hold, com foco em empresas maduras e líquidas
Classe relevante de ativos	Ações, títulos públicos federais, aplicações interfinanceiras e compromissadas
Carteira de crédito	Não relevante no modelo operacional atual
Alavancagem financeira	Baixa ou residual
Liquidez estrutural	Mantida por títulos públicos federais e compromissadas
Riscos predominantes	Mercado, liquidez, concentração, operacional e conformidade

Quadro 2 – Diagnóstico estratégico resumido

Pontos fortes	Fragilidades e desafios
Elevado nível de capitalização	Elevada concentração em renda variável
Baixa alavancagem	Exposição concentrada em determinados emissores
Estrutura enxuta de custos	Eventual extrapolação do LEC
Retenção integral dos resultados	Necessidade de aprimoramento de controles internos
Liquidez estrutural em títulos públicos	Fortalecimento de compliance e governança

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2026–2028

O Planejamento Estratégico 2026–2028 estabelece as diretrizes institucionais, prudenciais e operacionais para o ciclo de transição e amadurecimento da governança do Banco Clássico. A visão institucional é consolidar-se como instituição financeiramente sólida, prudencialmente robusta e regulatoriamente aderente, preservando modelo operacional baseado em capital próprio, investimentos de longo prazo e elevada liquidez estrutural.

O planejamento reconhece que a robustez patrimonial deve ser acompanhada de evolução contínua dos mecanismos de compliance, controles internos, monitoramento regulatório e gestão integrada de riscos. Essa abordagem é importante porque uma base de capital elevada, por si só, não substitui processos prudenciais formais, documentados e tempestivos.

O horizonte estratégico prioriza inicialmente a regularização prudencial e o fortalecimento institucional, especialmente em relação ao LEC, à governança e aos controles internos. Em seguida, a estratégia prevê consolidação da governança, redução gradual de concentrações e otimização da alocação de capital, sem descaracterizar o modelo de negócios.

A administração considera que a evolução do Banco deve ocorrer por meio de disciplina prudencial, retenção integral dos resultados, diversificação gradual, ampliação das métricas de monitoramento e integração contínua entre RAS, Testes de Estresse, Plano de Capital e Estrutura de Gerenciamento de Capital.

Quadro 3 – Diretrizes estratégicas 2026–2028

Diretriz	Objetivo	Horizonte
Regularização prudencial e conformidade	Regularizar extrapolações do LEC e fortalecer aderência regulatória	2026–2027
Reestruturação de compliance e controles internos	Elevar maturidade de governança, compliance e controles	2026–2028
Preservação da robustez de capital	Manter ampla suficiência de capital sob cenários severos	Permanente
Diversificação prudencial gradual	Reduzir concentração patrimonial sem descaracterizar o modelo	2027–2028
Aperfeiçoamento da governança de riscos	Aumentar capacidade de antecipação e resposta a cenários adversos	Permanente

Quadro 4 – Prioridades por exercício

Exercício	Prioridade
-----------	------------

2026	Reestruturação de compliance, controles internos e mitigação prudencial do LEC
2027	Consolidação da governança, redução de concentração e fortalecimento institucional
2028	Maturidade prudencial, estabilidade regulatória e otimização da alocação de capital

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS (OVA)

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos do Banco Clássico é baseada nos princípios de prudência, proporcionalidade ao porte e à complexidade operacional, integração entre riscos e capital, atuação preventiva, monitoramento contínuo e aderência regulatória. O objetivo é assegurar compatibilidade entre os riscos assumidos, o capital disponível e a estratégia institucional.

A Diretoria Colegiada exerce papel central na governança, aprovando políticas, supervisionando a estrutura integrada de riscos, definindo diretrizes estratégicas, aprovando a RAS, acompanhando os testes de estresse e deliberando sobre medidas corretivas quando identificadas deteriorações prudenciais. Essa atuação é essencial para que a gestão de riscos não seja tratada como função meramente operacional, mas como elemento do processo decisório da instituição.

A Área de Gestão de Riscos e Compliance atua como unidade técnica responsável por identificar e monitorar riscos, consolidar métricas prudenciais, elaborar relatórios gerenciais, acompanhar o consumo da MPCE, realizar testes de estresse, monitorar desenquadramentos prudenciais e propor medidas mitigadoras. A função também acompanha a implementação de planos de ação regulatórios, em especial os relacionados ao LEC.

A estrutura de governança reconhece como risco predominante o risco de mercado, dada a representatividade das posições em renda variável e a possibilidade de reprecificação de ativos investidos. Adicionalmente, são considerados relevantes os riscos operacional, legal e de conformidade, reputacional, de liquidez, social, ambiental e climático, além do risco de concentração decorrente do Limite de Exposição por Cliente.

Quadro 5 – Matriz de riscos e apetite

Categoria de risco	Apetite/nível	Racional prudencial
Mercado	Médio-Alto	Modelo baseado em investimentos financeiros e renda variável
Crédito	Baixo	Ausência de carteira relevante de crédito tradicional
Liquidez	Baixo-Médio	Reserva estrutural em títulos públicos e compromissadas
Operacional	Médio-Alto	Necessidade de fortalecimento contínuo de controles internos
Legal e Conformidade	Médio-Alto	Relevância do LEC e da aderência regulatória
Reputacional	Baixo-Médio	Preservação da imagem perante supervisão e mercado
Social, Ambiental e Climático	Baixo-Médio	Manifestação principalmente via precificação de ativos financeiros

Quadro 6 – Escala de consumo da MPCE

Classe	Consumo da MPCE	Resposta gerencial esperada
Baixo	Até 20%	Monitoramento ordinário
Baixo-Médio	>20% a 40%	Reavaliação tática e reforço preventivo
Médio	>40% a 60%	Comunicação formal e intensificação dos testes

Médio-Alto	>60% a 80%	Rebalanceamento e revisão extraordinária
Alto	>80%	Plano contingencial, redução de exposições e comunicação à supervisão quando aplicável

5. ESTRUTURA DE CAPITAL E ADEQUAÇÃO PATRIMONIAL

A gestão de capital do Banco Clássico tem por finalidade assegurar que a instituição mantenha níveis de capital compatíveis com os riscos assumidos, com as estratégias de negócios e com os requisitos prudenciais aplicáveis. A estrutura de capital é fortemente apoiada em capital próprio integralizado, lucros acumulados, resultados abrangentes positivos e retenção integral dos resultados.

A administração adota postura conservadora ao buscar ampla folga de capital sobre os limites regulatórios. Essa folga é considerada essencial para preservar solvência, reputação e continuidade operacional, especialmente diante de choques de mercado que possam afetar a carteira de investimentos ou ampliar o consumo de capital regulatório.

A avaliação de adequação patrimonial é realizada de modo integrado à RAS, aos testes de estresse e ao Plano de Capital. O acompanhamento da MPCE permite mensurar a capacidade de absorção de perdas inesperadas sem comprometimento dos níveis mínimos de capital. Dessa forma, a suficiência de capital é tratada não apenas como fotografia de encerramento de exercício, mas como processo prospectivo e dinâmico.

As tabelas KM1, CC1, CC2, CCA e OV1 complementam esta seção ao apresentar quantitativamente os indicadores de capital, a composição do capital regulatório, a reconciliação entre valores contábeis e prudenciais, os colchões de capital e a visão geral dos ativos ponderados pelo risco.

Quadro 7 – Indicadores prudenciais acompanhados

Indicador	Função gerencial
Capital Principal (CET1)	Avaliar a qualidade do capital disponível
Patrimônio de Referência (PR)	Mensurar a base prudencial de absorção de perdas
RWA	Representar a exposição ajustada ao risco
Índice de Basileia	Avaliar adequação entre capital e riscos
MPCE	Medir margem positiva de capital exigível
Colchões de capital	Preservar margem adicional de segurança regulatória

Quadro 8 – Relação entre capital e tabelas Pilar 3

Tema	Tabela Pilar 3
Indicadores-chave de capital	KM1
Composição do capital regulatório	CC1
Reconciliação contábil-prudencial	CC2
Colchões de capital	CCA
Ativos ponderados pelo risco	OV1

6. PLANEJAMENTO DE CAPITAL E GESTÃO PROSPECTIVA

O Plano de Capital demonstra que o Banco Clássico mantém, de forma contínua e prospectiva, capital adequado e suficiente para suportar os riscos inerentes ao seu modelo de negócios. O horizonte de projeção utilizado é de três anos, em alinhamento com o Planejamento Estratégico e com a Estrutura de Gerenciamento de Capital.

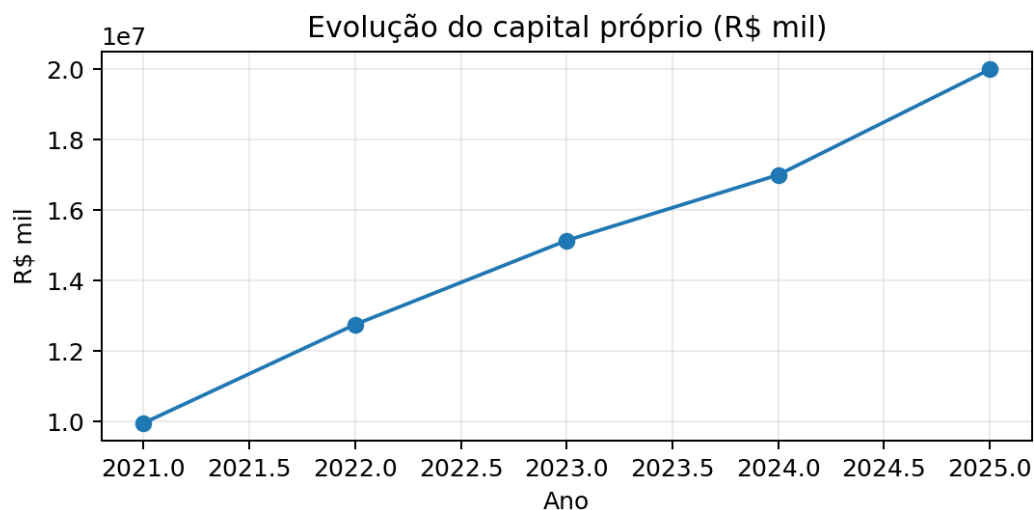
A evolução histórica do capital próprio evidencia crescimento relevante nos últimos anos, sustentado principalmente por resultados abrangentes positivos oriundos da marcação a mercado das ações mantidas em carteira, bem como pelos lucros líquidos apurados e retidos. Essa trajetória reforça a capacidade orgânica de formação de capital, mas também demonstra a influência do comportamento dos mercados financeiros sobre o patrimônio da instituição.

As premissas prospectivas contemplam manutenção da estrutura operacional atual, ausência de captação externa de capital, crescimento orgânico do PR por meio de resultados não distribuídos e taxa de crescimento anual projetada de 19% ao ano. A retenção integral dos resultados permanece como premissa central do cenário base.

O planejamento de capital é complementado por testes de estresse, que avaliam a capacidade de manutenção da suficiência patrimonial sob cenários adversos. Em caso de deterioração relevante, o Banco prevê medidas como redução acelerada de exposições de maior consumo de capital, suspensão de novas posições relevantes, retenção integral dos resultados, eventual reforço de capital próprio e comunicação tempestiva à supervisão quando aplicável.

Quadro 9 – Evolução histórica do capital próprio (R\$ mil)

Ano	Saldo final
2021	9.963.399
2022	12.760.637
2023	15.145.726
2024	17.008.235
2025	20.001.045



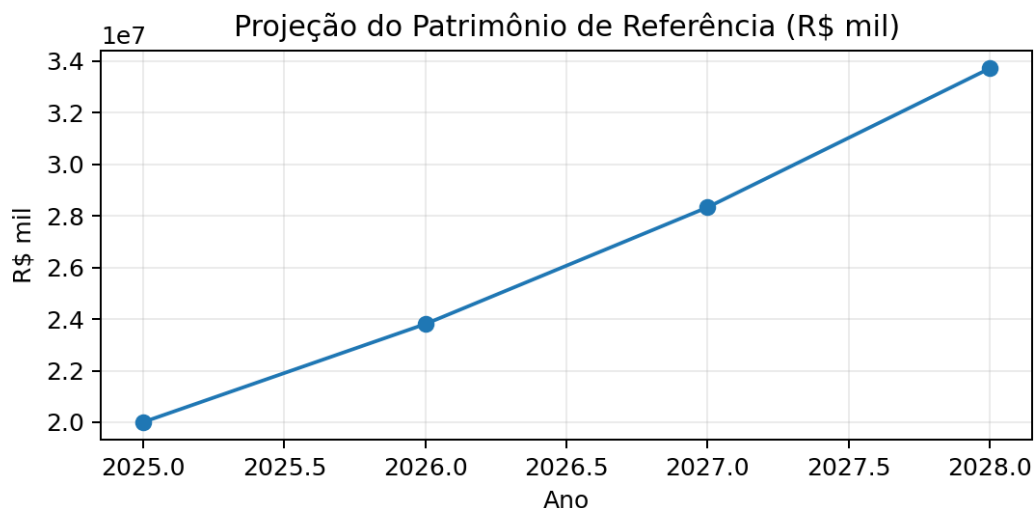
Quadro 10 – Fontes médias de crescimento do capital

Fonte	Participação média estimada
Resultados abrangentes	87%
Lucro líquido	8%
Demais fatores	5%

Quadro 11 – Projeção do Patrimônio de Referência (R\$ mil)

Ano	PR projetado
2025	20.007.125
2026	23.808.478

2027	28.332.089
2028	33.715.186



Quadro 12 – Premissas do planejamento de capital

Premissa	Tratamento
Retenção de lucros	Integral
Dividendos	Não considerados no cenário base
Capitalização externa	Não considerada no cenário base
Crescimento orgânico	Considerado com base no histórico
Cenários adversos	Avaliados por testes de estresse
Mudança do modelo de negócios	Não considerada no cenário base

7. GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ (LIQA)

A gestão de liquidez constitui pilar central do modelo prudencial do Banco Clássico. A instituição mantém estrutura de liquidez baseada predominantemente em títulos públicos federais, operações compromissadas na ponta doadora, reduzida alavancagem financeira, baixa dependência de captação de terceiros e manutenção de capital próprio elevado.

O objetivo do gerenciamento de liquidez é assegurar a capacidade de honrar obrigações financeiras de curto e médio prazo, despesas operacionais recorrentes e contingências passivas estimadas, mesmo em cenários adversos. A administração reconhece que liquidez robusta é condição necessária para preservar solvência, reputação e capacidade de resposta prudencial.

O Plano de Contingência de Liquidez estabelece procedimentos para situações de estresse, incluindo deterioração relevante do mercado financeiro, aumento abrupto de volatilidade da carteira, consumo relevante da MPCE, necessidade extraordinária de caixa, redução da liquidez de mercado, eventos reputacionais ou regulatórios, materialização de contingências e agravamento de desenquadramentos relacionados ao LEC.

A governança de liquidez é exercida pela Diretoria Colegiada, responsável por aprovar o plano, deliberar medidas contingenciais, acompanhar cenários de estresse e determinar ações corretivas extraordinárias. A Área de Gestão de Riscos e Compliance monitora indicadores, elabora relatórios, identifica deteriorações e executa os testes de estresse de liquidez.

Quadro 13 – Fontes de liquidez

Fonte	Papel prudencial
Caixa	Liquidez imediata
Aplicações interfinanceiras	Liquidez operacional
Títulos públicos federais	Reserva estrutural
Operações compromissadas doadoras	Gestão tática de liquidez
Capital próprio elevado	Estabilidade patrimonial

Quadro 14 – Eventos de estresse de liquidez

Evento	Impacto esperado
Deterioração de mercado	Redução de liquidez e possível queda de valor dos ativos
Aumento da volatilidade	Pressão sobre capital e MPCE
Consumo relevante da MPCE	Maior necessidade de medidas gerenciais
Necessidade extraordinária de caixa	Utilização de reservas líquidas
Eventos reputacionais ou regulatórios	Pressão sobre confiança e capacidade operacional
Agravamento do LEC	Potencial acionamento de ações prudenciais

Quadro 15 – Níveis de contingência de liquidez

Nível	Caracterização	Medidas principais
1 – Normal	Liquidez confortável e estabilidade prudencial	Monitoramento ordinário e manutenção da estratégia
2 – Atenção preventiva	Deterioração moderada ou aumento de volatilidade	Revisão de fluxos, redução preventiva de novas exposições e reforço de ativos líquidos
3 – Estresse de liquidez	Deterioração relevante ou aumento significativo do consumo da MPCE	Suspensão de novas exposições, rebalanceamento, ampliação de caixa e comunicação à Diretoria
4 – Crise de liquidez	Comprometimento relevante da liquidez institucional	Acionamento integral do plano, redução acelerada de exposições e comunicação à supervisão quando aplicável

8. GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO (CRA)

O risco de crédito deve ser interpretado segundo o perfil operacional específico do Banco Clássico. A instituição não possui carteira relevante de operações tradicionais de crédito, como empréstimos e financiamentos a clientes, razão pela qual a exposição clássica ao risco de inadimplência de tomadores é reduzida.

A ausência de carteira de crédito tradicional, entretanto, não significa inexistência de risco de crédito. Permanecem relevantes exposições decorrentes de contrapartes financeiras, liquidação de operações, emissores de ativos financeiros e eventual concentração patrimonial. Esses riscos são monitorados dentro da estrutura integrada de gestão, em conjunto com riscos de mercado e liquidez.

A RAS classifica o apetite a risco de crédito como baixo, refletindo a reduzida materialidade dessa categoria no modelo de negócios. Ainda assim, a gestão busca preservar a qualidade das contrapartes, acompanhar eventuais exposições residuais e assegurar que os riscos de liquidação e contraparte não comprometam a continuidade operacional ou a solvência.

A divulgação CRA, portanto, deve evidenciar a inexistência de carteira relevante de crédito vis-à-vis o perfil operacional da instituição, sem sugerir ausência total de exposição prudencial. O tratamento adequado é demonstrar que o risco de crédito é residual, monitorado e subordinado à lógica de gestão financeira, contraparte e concentração.

Quadro 16 – Natureza das exposições de crédito

Tipo de exposição	Relevância	Tratamento
Empréstimos e financiamentos	Muito baixa	Não compõem atividade relevante
Contrapartes financeiras	Média	Monitoramento de qualidade e liquidação
Liquidação de operações	Média	Controles operacionais e acompanhamento
Emissores de ativos financeiros	Média	Avaliação integrada ao risco de mercado
Concentração patrimonial	Alta	Monitoramento específico e plano de redução gradual

9. GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO (MRA)

O risco de mercado é o principal vetor de risco do Banco Clássico, em função da relevância das posições em ativos financeiros, notadamente renda variável, e da estratégia de investimento de longo prazo. A volatilidade dos preços dos ativos pode afetar diretamente o patrimônio, o Patrimônio de Referência, os ativos ponderados pelo risco e a MPCE.

A administração reconhece que a estratégia buy and hold admite volatilidade como componente intrínseco do modelo de geração de retorno. Porém, a aceitação de volatilidade não equivale à tolerância irrestrita ao risco. O Banco mantém acompanhamento das exposições, das concentrações, dos impactos prudenciais e da liquidez dos ativos.

Os principais fatores de mercado acompanhados são preços de ações, taxas de juros, liquidez de mercado e concentração de ativos. Riscos de câmbio e commodities são considerados de baixa ou irrelevante materialidade no perfil atual, salvo eventual mudança futura do modelo de negócios.

A gestão de mercado é integrada à RAS, ao Plano de Capital, aos Testes de Estresse e ao monitoramento do LEC. Essa integração é fundamental, pois movimentos positivos de mercado podem aumentar o valor das exposições e, paradoxalmente, elevar pressões prudenciais por concentração, enquanto movimentos negativos podem reduzir patrimônio e consumir margem de capital.

Quadro 17 – Fatores de risco de mercado

Fator de risco	Relevância	Observação
Preços de ações	Elevada	Principal vetor de volatilidade patrimonial
Taxas de juros	Média	Afetam títulos, aplicações e parâmetros de mercado
Liquidez de mercado	Média	Afeta capacidade de rebalanceamento
Concentração de ativos	Elevada	Relacionada ao LEC e à estratégia de carteira
Câmbio	Baixa	Sem relevância estrutural no perfil atual
Commodities	Irrelevante	Não compõe exposição relevante

Quadro 18 – Instrumentos de gestão do risco de mercado

Instrumento	Finalidade
RAS	Definir apetite e níveis de resposta
Testes de estresse	Simular choques e consumo de capital
Plano de Capital	Avaliar suficiência prospectiva
MPCE	Medir capacidade de absorção de perdas
Indicadores de concentração	Controlar limites prudenciais
Relatórios gerenciais	Subsidiar Diretoria e Compliance

10. GERENCIAMENTO DO RISCO DE VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS DA CARTEIRA BANCÁRIA (IRRBBA)

O IRRBBA corresponde ao risco de variação das taxas de juros sobre instrumentos classificados na carteira bancária. No caso do Banco Clássico, sua manifestação está relacionada principalmente a aplicações interfinanceiras de liquidez, operações compromissadas, títulos públicos federais e demais instrumentos mantidos fora da carteira de negociação, conforme a classificação prudencial aplicável.

A instituição apresenta perfil de liquidez com instrumentos de elevada qualidade e, em geral, prazos compatíveis com a gestão de caixa e liquidez operacional. Essa estrutura tende a reduzir a sensibilidade econômica a choques prolongados, embora não elimine a necessidade de mensuração e acompanhamento dos impactos potenciais de movimentos de taxa.

A análise considera cenários de choque, incluindo movimentos de paralelo alta e paralelo baixa, destinados a avaliar a sensibilidade do valor econômico e do resultado financeiro da carteira bancária. Em uma carteira de curto prazo e com reapreçamento frequente, os impactos tendem a ser menos relevantes do que em carteiras longas e prefixadas, mas devem ser formalmente monitorados.

O gerenciamento do IRRBBA encontra-se integrado ao risco de liquidez, ao planejamento de capital e aos testes de estresse. Essa integração permite avaliar simultaneamente impactos sobre fluxo de caixa, patrimônio econômico, resultado de juros e indicadores prudenciais.

Quadro 19 – Cenários de IRRBBA

Cenário	Objetivo	Interpretação gerencial
Paralelo Alta	Avaliar impacto de aumento uniforme das taxas	Verifica perda econômica potencial ou alteração de margem
Paralelo Baixa	Avaliar impacto de redução uniforme das taxas	Verifica sensibilidade da rentabilidade e do valor econômico
Reapreçamento curto	Avaliar capacidade de ajuste rápido	Reduz exposição estrutural quando prazos são curtos
Integração com liquidez	Relacionar juros e caixa	Apoia decisões de duration e composição de ativos

11. GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL (ORA)

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Inclui ainda riscos legais, falhas de conformidade, indisponibilidade operacional, erros processuais e eventos que possam afetar a continuidade dos serviços.

Embora o Banco possua estrutura operacional enxuta, a administração reconhece que essa característica não elimina a necessidade de controles robustos. Em instituições menores ou menos complexas, a concentração de funções críticas, a dependência de poucos processos e a necessidade de documentação formal elevam a importância de controles internos, segregação funcional, revisão de normativos e trilhas de aprovação.

A RAS classifica o risco operacional como médio-alto, refletindo a necessidade de aprimoramento contínuo dos processos de governança e controles internos. Esse diagnóstico está alinhado ao Planejamento Estratégico, que elege a reestruturação de compliance e controles internos como prioridade para o ciclo 2026–2028.

A mitigação ocorre por meio de políticas internas, controles, auditoria, compliance, treinamento, revisão de processos, fortalecimento da segregação funcional e acompanhamento de eventos operacionais. O objetivo é reduzir a probabilidade de perdas e assegurar resposta tempestiva diante de falhas materiais.

Quadro 20 – Categorias de risco operacional

Categoria	Exemplos	Resposta gerencial
Pessoas	Erros operacionais, falhas de treinamento	Capacitação e revisão de alçadas
Processos	Fluxos inadequados, ausência de documentação	Mapeamento e formalização de controles
Sistemas	Indisponibilidade ou falhas tecnológicas	Planos de continuidade e controles de acesso
Eventos externos	Fraudes, interrupções de mercado, eventos climáticos	Contingência e monitoramento
Legal e regulatório	Sanções, descumprimentos, falhas documentais	Compliance e acompanhamento normativo
Conformidade	Não aderência a políticas internas	Testes, revisão e reporte

12. TESTES DE ESTRESSE PRUDENCIAIS

Os testes de estresse prudenciais constituem instrumento essencial para avaliar a resiliência do capital e da liquidez do Banco Clássico diante de cenários adversos. O foco principal recai sobre choques relevantes no mercado acionário, aumento de volatilidade e deterioração das condições de liquidez, em consonância com o perfil de investimento e modelo de negócios da instituição.

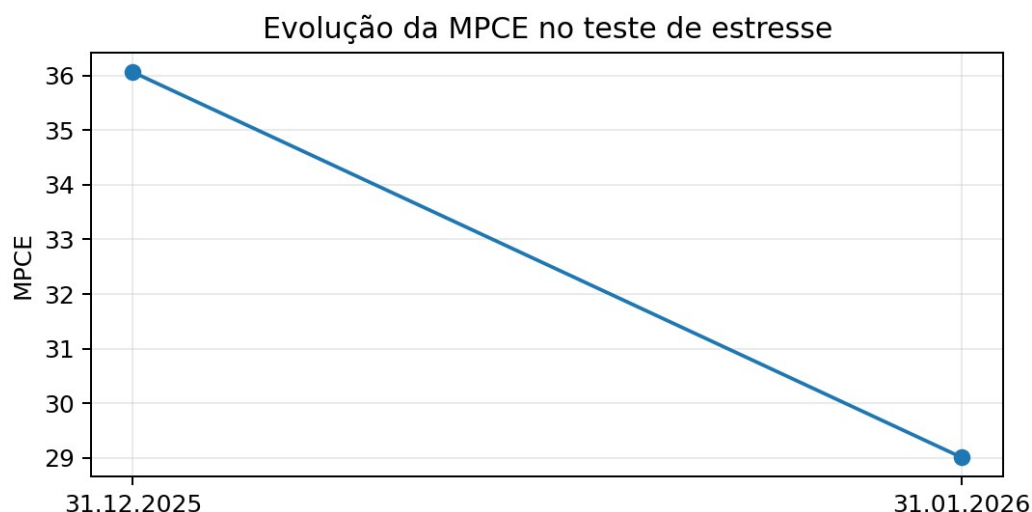
A metodologia simula impactos sobre o patrimônio líquido e sobre a MPCE, indicador que mede a capacidade de absorção de perdas inesperadas sem comprometimento da solvência. A escala de estresse considera níveis progressivos de consumo da MPCE, desde Moderado I até Extremo, permitindo associar cada deterioração a medidas gerenciais específicas.

Os resultados observados no teste de estresse indicaram aumento do RWA e redução da MPCE entre 31.12.2025 e 31.01.2026. O diagnóstico de consumo da MPCE foi classificado como Estresse Moderado I, com consumo de 19,55%. Entretanto, em razão do diagnóstico relativo ao LEC, prevaleceu classificação Severo/Extremo, evidenciando a relevância do tema de concentração prudencial.

As ações previstas em situações severas ou extremas incluem encaminhamento de plano de ação para regularização do LEC, suspensão temporária de novas exposições relevantes em renda variável, rebalanceamento de carteira, aumento da participação de ativos líquidos, execução do plano de capital contingencial, avaliação de aporte extraordinário e comunicação tempestiva aos órgãos de governança e supervisão.

Quadro 21 – Indicadores do teste de estresse

Indicador	31.12.2025	31.01.2026	Varição
PR Nível I	20.007	20.876	+869
RWA	45.122	56.103	+10.981
PR mínimo	3.730	4.600	+870
MPCE	36,06	29,01	(7,05) / -19,55%



Quadro 22 – Escala de estresse prudencial

Classe	Consumo da MPCE	Nível
Baixo	Até 20%	Moderado I
Baixo-Médio	>20% a 40%	Moderado II
Médio	>40% a 60%	Severo I
Médio-Alto	>60% a 80%	Severo II
Alto	>80%	Extremo

13. LIMITE DE EXPOSIÇÃO POR CLIENTE (LEC)

O Limite de Exposição por Cliente constitui um dos temas prudenciais mais relevantes do ciclo atual de gestão do Banco Clássico. A administração reconhece a existência de extrapolações recorrentes associadas à concentração patrimonial em determinados emissores e ao comportamento de valorização de ativos financeiros.

O tema foi incorporado de forma transversal ao Planejamento Estratégico, à RAS, ao Plano de Capital, aos Testes de Estresse e à Política de Gerenciamento de Riscos. Essa integração demonstra que o Banco não trata o LEC como evento pontual, mas como componente estrutural de sua agenda de fortalecimento prudencial.

A regularização do LEC constitui prioridade estratégica para 2026–2027, com metas de redução progressiva da concentração por cliente, revisão de políticas de enquadramento, fortalecimento das rotinas de monitoramento regulatório e implementação formal de plano de ação prudencial.

A abordagem institucional busca equilibrar a preservação do modelo de negócios com a necessidade de maior diversificação prudencial. O objetivo é reduzir vulnerabilidades regulatórias, preservar a robustez patrimonial e demonstrar evolução contínua da governança ao supervisor.

Quadro 23 – Tratamento institucional do LEC

Instrumento	Tratamento
Planejamento Estratégico	Prioridade de regularização e conformidade
RAS	Classificação severa quando recorrente, independentemente da MPCE
Plano de Capital	Avaliação prospectiva dos impactos
Testes de Estresse	Diagnóstico prevalente Severo/Extremo em caso de ocorrência
Política de Riscos	Monitoramento de desenquadramentos e planos de ação

14. PERSPECTIVAS PRUDENCIAIS E EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA

O Banco Clássico atravessa ciclo de transição institucional caracterizado pela necessidade simultânea de preservar sua robustez patrimonial, promover adequação prudencial, fortalecer compliance, amadurecer governança e reduzir vulnerabilidades regulatórias. Essa agenda está claramente refletida no Planejamento Estratégico 2026–2028.

A principal linha de evolução está relacionada à consolidação de uma cultura de riscos mais documentada, preventiva e integrada. O Banco dispõe de forte base patrimonial e liquidez estrutural, mas reconhece que tais atributos devem ser acompanhados por processos formais, controles internos efetivos, documentação adequada e monitoramento tempestivo de limites.

A administração pretende intensificar a integração entre RAS, testes de estresse, Plano de Capital, Planejamento Estratégico e relatórios gerenciais. Essa integração permitirá que decisões de investimento, liquidez, concentração e capital sejam avaliadas de modo conjunto, reduzindo a possibilidade de decisões isoladas sem adequada leitura prudencial.

A expectativa para o horizonte 2026–2028 é consolidar trajetória de crescimento sustentável, estabilidade regulatória, otimização da alocação de capital e redução progressiva dos riscos de concentração, sem descaracterizar o modelo operacional baseado em capital próprio e investimentos de longo prazo.

15. CONCLUSÃO

O Banco Clássico encerra o exercício com posição patrimonial robusta, elevada liquidez estrutural, baixa alavancagem financeira e capacidade relevante de absorção de perdas. Essas características constituem base importante para a continuidade operacional e para a preservação da solvência institucional.

O perfil operacional da instituição reduz a relevância de determinados riscos bancários tradicionais, especialmente aqueles associados à concessão de crédito. Em contrapartida, aumenta a importância dos riscos de mercado, liquidez, concentração, operacional, legal e de conformidade, todos tratados neste relatório de forma integrada e proporcional ao modelo de negócios.

A administração reconhece os desafios prudenciais existentes, especialmente aqueles associados ao LEC e ao fortalecimento de compliance e controles internos. O reconhecimento explícito desses temas, sua incorporação aos instrumentos de gestão e a definição de medidas corretivas demonstram compromisso com a evolução da governança e da aderência regulatória.

As informações apresentadas neste relatório devem ser lidas em conjunto com as tabelas quantitativas do Pilar 3, as demonstrações financeiras auditadas e os documentos internos de gerenciamento de riscos e capital. Em conjunto, esses elementos demonstram uma instituição capitalizada, líquida, consciente de seus riscos e em processo de aperfeiçoamento contínuo de seus instrumentos prudenciais.

16. MATRIZ DE CORRESPONDÊNCIA COM AS TABELAS PILAR 3

Quadro 24 – Correspondência entre capítulos e tabelas Pilar 3

Capítulo / Tema	Tabela Pilar 3
Governança e riscos	OVA
Liquidez	LIQA
Crédito	CRA
Mercado	MRA

IRRBBA	IRRBBA / IRRBB1
Operacional	ORA / OR1
Capital regulatório	KM1
Composição do capital	CC1
Reconciliação contábil-prudencial	CC2
Colchões de capital	CCA
Visão geral dos RWA	OV1

Quadro 25 – Documentos internos utilizados como suporte

Documento	Uso no relatório
Planejamento Estratégico 2026–2028	Perfil institucional, diretrizes, governança e LEC
RAS	Apetite a risco, MPCE e ações corretivas
Plano de Capital	Evolução histórica, projeções e suficiência de capital
Estrutura de Gerenciamento de Capital	Governança, responsabilidades e integração com riscos
Política de Gerenciamento Integrado de Riscos	OVA, matriz de riscos e controles
Plano de Contingência de Liquidez	LIQA, gatilhos e níveis de contingência
Teste de Estresse Prudencial	Cenários, MPCE, ações e diagnóstico LEC
Tabelas Pilar 3	Base quantitativa de divulgação pública